

ARTIGO

A TRANSIÇÃO DISCURSIVA DA EXISTÊNCIA DE DEUS NO DISCURSO MODERNO

Joaquim Fernando Pontes III

Bacharel em Filosofia UVA

Aluno da Especialização em Filosofia da Religião UVA

Resumo: A abordagem que discorre sobre a existência divina integra-se a religião enquanto conceito central. Sua recorrência plausível fora objeto de estudo que integra argumentos racionais e a fé. Essa relação é comprometida quando para a elaboração de um discurso sobre o conhecimento seja desnecessário para sua sustentação remeter a Deus. Embora estudos admitam que a laicização do discurso esteja situada no iluminismo, essa constatação não é o suficiente para determinar em que momento a recorrência a existência de Deus fora desnecessária para que se tenha a fluidez de uma proposta teórica. Uma semelhança é prevista quando os princípios metafísicos são questionados como insuficientes e sem fundamentação prática, entre esses está incluso a concepção de divindade. O corrente texto busca reportar na produção autônoma da modernidade dois discursos que possuem marcos diferentes para seus procedimentos, no primeiro pode-se observar no discurso de René Descartes o sustentáculo indispensável que a existência divina fornece quando intenta considerar que o homem é capaz pelo uso da razão especulativa prover uma verdade absoluta, sem que para isso utilize-se da experiência. No segundo caso a proposta de David Hume apresenta uma desconsideração sobre tudo que é originário na especulação metafísica, assumindo um trato cético quando aponta a insegurança de princípios que se utilizam desses argumentos como meios fundantes. Com essa averiguação pode-se observar que a crença nessas concepções, inclusive na existência de Deus, passa a limitarem-se a fé que se tem nelas. Nesse caso, a religião também passará por esse crivo onde seus aspectos essenciais serão verificados e a sua permanência depende do que de fato é próprio da natureza do homem.

Palavras-chave: Discurso Moderno. Existência Divina. Iluminismo.

INTRODUÇÃO

No que concerne à pesquisa sobre a religião, pode-se observar uma composição diversificada de temas que variam desde a sua contribuição para a vivência dos membros de uma comunidade até os estudos relacionados a seus componentes, como é o caso de dogmas, cultos e preleções coercivas. Um fato que sobrepõe a essa discussão é dado quando à observância da fé é aplicada para que esse discurso seja imprescindível na vida do indivíduo.

No entanto, uma lacuna teórica é visível quando se busca a causa de transferir para a fé a aceitação do excurso religioso, haja vista que para os medievos era fático o

cotidiano religioso. Logo, fora como a autonomia iluminista que se passou a questionar a aceitação da religião, mas quanto a esse princípio deve ser posto uma ressalva. A primeira parte da modernidade filosófica, herdeira do discurso escolástico, utilizava-se da argumentação sobre a existência da divindade para que se imprima um estatuto de sustentação para seus projetos totalizantes. Em um segundo momento, como que por um processo de laicização, o que se propõe sobre Deus é questionado, não sendo mais uma aposta para que se fale sobre sua realidade sensível. Por esse último ponto, por uma base cética, é que se faz a transferência para a fé quanto à procedência da religião.

Nessa pesquisa, a proposta de dois pensadores será analisada, a fim de que essa constatação seja comprovada. No primeiro caso, uma averiguação dos argumentos propostos por René Descartes sobre a especulação da causa divina enquanto necessária para que o homem consiga ser detentor de uma verdade absoluta, seja com a aplicação da dúvida hiperbólica até a sua impossibilidade de procedência por um gênio maligno. Em um segundo momento, o ceticismo de David Hume será o fator culminante para que os argumentos racionais intrínsecos em Deus sejam postos à prova, conferindo-os a sua inviabilidade para a ciência, apontando a metafísica como carente de procedência empírica e, portanto, incapaz de contribuir para a eficácia de um discurso.

DISCURSO DE SUPERAÇÃO MEDIEVAL

A modernidade inaugura uma nova fase de reflexão. Isso decorre por que o modelo expositivo do discurso moderno apresenta rupturas referentes ao recorrido desde o final da escolástica medieval. Ainda que algumas considerações sejam retomadas, a forma como são mencionadas não assevera o mesmo caráter anterior. Um exemplo evidente para isso seria o modo como ambas as formas de compreensão tratam o problema da existência divina. Para os medievos, Deus existe, esse princípio já seria o necessário para que, posto à prática da crença, seus pensadores fundamentassem especulações com o acréscimo de raciocínios lógicos para explicar condições inerentes à fé.

Na modernidade, em seu primeiro momento, o critério de autonomia do homem não anula veemente a condição da existência divina. Afinal, essa consideração ainda passa a exercer um papel fomentador de princípios para suas teorias. Isso está

Revista Eros	Ano 1	n. 1	Outubro-Dezembro 2013	p. 58-73
--------------	-------	------	-----------------------	----------

concernente à crise das concepções anteriores no século XVI e XVII, em que uma incredulidade surge para por a prova questões anteriores em seu ponto originário. Questões essas como Deus, a imortalidade da alma, a liberdade, entre outras, só fazem sentido de serem pensadas quando se tem por seguridade a certeza de que as podemos conhecer. Os princípios que antes eram tomadas como verdades sem equívocos agora passam pelo crivo do questionamento e da dúvida quanto a sua prevalência. Como se nada fosse fixo, e suas condições devem ser posta à prova de modo racional.

Nessa época, vive-se uma intensa efervescência cultural, em que uma nova forma de pensar tem se instaurado entre os intelectuais que buscam as suas respostas por diferentes vias. No caso, conservadores encontravam na fé a resposta para esse impasse, dispondo da revelação para justificar a continuidade de estruturas dogmáticas e a vivência da religião. Por outro lado, a ciência busca suas respostas pela utilização do método empírico, sua comprovação seria o fator intrínseco para obtenção leis de caráter universal, antes intencionada por uma lógica de dominação sobre o dado material, realizando para isso um processo com início na hipótese e mediado pela experiência. A filosofia, por sua vez, afasta-se de ambas as formas anteriores e vai tratar do problema do conhecimento tendo por consideração culminante à utilização de argumentos racionais, originários de forma especulativa na mente e que otimizam a culminância de uma verdade, sem que para tanto seja necessário o crivo da prova científica.

MÉTODO DE CONDUÇÃO RACIONAL

Nesse interim, o francês René Descartes (1596 – 1660), é considerado o pai da filosofia moderna, pois vai tratar do problema do conhecimento como ponto culminante para sua filosofia. O pensador vai tratar o homem com sendo um ser portador de uma razão, que possui tanto a condição cética de conhecimento da realidade como também a necessária e imprescindível para obter uma verdade. Nesse momento, obtém-se um avanço frente à tradição anterior sobre o conhecimento, pois passa-se a utilizar da relação entre o sujeito e objeto do conjunto, para que o corrente processo possa ocorrer a contento.

Em sua obra intitulada Discurso do Método (1636), o autor disponibiliza, pela necessidade emergente, um caminho ou percurso para guiar a razão, a fim de que por ela

Revista Eros	Ano 1	n. 1	Outubro-Dezembro 2013	p. 58-73
--------------	-------	------	-----------------------	----------

obtenha-se as repostas e também não se seja enganado. O fato compromete o uso de poucas regras e a obtenção de muitos resultados que condizem com a verdade evidente. Esse percurso é resultante de uma habilidade intuitiva como condição de possibilidade para construção da filosofia pensada em prol da verdade absoluta, Uma intenção que busca a semelhança com o objetivo das ciências da época, a saber, a matemática, a física de Isaac Newton e a lógica.

Para poder alcançar o estatuto intencionado, que é a obtenção de uma ideia clara e distinta, verdade de caráter absoluto, deve-se inicialmente duvidar sobre o próprio conhecimento na tentativa de responder a questão sobre o que podemos conhecer. Trata-se de um saber acerca do próprio saber, uma busca que se empenha no fundamento e na validade das considerações postas.

[...] quanto aos costumes, é necessário às vezes seguir opiniões, que sabemos serem muito incertas, tal como se fossem indubitáveis, [...]; mas, por desejar então ocupar-me somente com a pesquisa da verdade, pensei que era necessário agir exatamente ao contrário, e rejeitar como absolutamente falso tudo aquilo em pudesse imaginar a menor dúvida, a fim de ver se, após isso, não restaria algo em meu crédito, que fosse inteiramente indubitável. (DESCARTES, 1979, p. 46)

Em todo caso, o homem passa a realizar um retorno para si mesmo de maneira gnosiológica, a fim de responder suas questões, tendo por meta a verdade ainda que obscura ou não. O homem é, pois, um ser pensante e detentor de uma razão, apesar de todos a possuírem, nem todos se designam para ela.

DESCRIÇÃO DO MÉTODO CARTESIANO

O método faz uso de quatro regras. A primeira delas fala quanto à evidência, pois se deve somente tomar como verdadeiro, originalmente intuitivo, o que fora conduzido pela razão e de modo ausente de qualquer confusão e obscuridade. Nas linhas do próprio autor, seria o fato de jamais acolher alguma coisa como verdadeira que eu não conhecesse evidentemente como tal. Desse modo, evitar, pela atenção, a precipitação e a prevenção. Nada incluir em juízo que não se apresente tão clara e tão distintamente (cf. DESCARTES, 1979, p. 37).

A segunda regra consiste na análise do dado obtido, após depará-lo com o problema submetido à situação. Trata-se de detalhar, fragmentar, dividir o todo em

Revista Eros	Ano I	n. 1	Outubro-Dezembro 2013	p. 58-73
--------------	-------	------	-----------------------	----------

partes menores. Processo que de modo formal oferece uma melhor compreensão do que se intenciona entender. Para isso, deve ser dividida cada uma das dificuldades examinadas em quantas parcelas se fizerem necessárias para melhor resolvê-las (cf. DESCARTES, 1979, p. 37). Um processo de compartilhamento em que se busca a intimidade com o objeto, obtendo maior segurança quanto seus resultados. Dessa forma, o resultado implica na apropriação de detalhes e no domínio simultâneo do que passará a ser administrado.

A terceira regra é continuação objetiva daquilo que é efeito do anterior, ou seja, a formação de uma síntese que é a recomposição dos elementos do objeto do conhecimento, dessa vez pela interferência do sujeito, forma-se uma conjunção entre o que se disponibiliza conhecer e o que é obtido desse dado. Conduzir-se pela ordem do pensamento, começando pelo mais simples e gradativamente ao conhecimento mais composto, supondo uma ordem natural da precedência de uns pelos outros (cf. DESCARTES, 1979, p.38). O resultado dessa regra é a formulação de uma nova unidade, um novo todo, com as mesmas condições da anterior.

A última regra para a eficiência desse método está em sua organização, perpassada pelas dimensões de enumeração e revisão, compreendendo de modo holístico o que se apreendeu. Nas palavras do autor, fazer em toda parte enumerações tão completas e revisões tão gerais, na certeza de que nada esteja omitido (cf. DESCARTES, 1979, p.38)

Com o correto empreendimento das regras anteriores, é possível obtenção de resultados ainda que a dúvida proporcione vários tipos de ideias, algumas confusas e incertas e outras claras, distintas. Essas últimas são verdadeiras por serem inatas à mente, em outras palavras, não são passíveis de erros pelo fato de serem uma apêndice da razão. Logo, o ponto de partida consiste na própria dúvida.

PRIMEIRA VERDADE ABSOLUTA

A dúvida referida difere-se da proposição insistente do néscio que desconhece a realidade e persiste em questionar sem um objetivo fixo, acaba em duvidar por duvidar. A dúvida cartesiana perpassa pela condição hiperbólica de suspender a todo conhecimento humano, considerando-o falível e passível de culminar no erro. Para o

autor, essa estratégia é provisória, remete a um recurso que tem por objetivo negar a dúvida inicial para obtenção de uma verdade final, haja vista que o fim não é a dúvida em si.

Descartes admite essa condição para que não se tome algo como verdadeiro de imediato, deve ser anteriormente questionado. No caso, para saber é mister duvidar. Ora, se como consideração primeira deve-se duvidar, segue-se por associação que essa dúvida surge em si mesma, em outras palavras o próprio indivíduo é quem duvida, se duvida imediatamente pensa e, se pensa, existe: “*Cogito, ergo sum*”, “Penso, logo existo”. Está-se diante da primeira verdade absoluta e conquistada através de um método intuitivo de forma imediata. Por conseguinte, o pensar pressupõe a existência. Em primeira pessoa, de forma catedrática, o autor expõe:

[...] adverti que, enquanto eu queria assim pensar que tudo era falso, cumpria necessariamente que eu, que pensava, fosse alguma coisa. E, notadamente que esta verdade: *eu penso, logo existo*, era tão firme e tão certa que todas as mais extravagantes suposições dos céticos não seriam capazes de a abalar, julguei que podia aceitá-la, sem escrúpulo, como o primeiro princípio da Filosofia que procurava - *Grifo do autor* (DESCARTES, 1979, p. 46).

Convém que a identidade que fora descrita pelo *cógito* não configura um raciocínio elementar, semelhante a uma conclusão posta por uma ordem de ideias anteriores. Está-se diante de uma constatação fatídica, ainda que demonstrada de forma especulativa. No entanto, a presença do termo mediano *logo*, que o torna-a semelhante à conclusão de um silogismo, serve unicamente pelo caráter de ligação entre dados comprovados.

DUALIDADE PSICOFÍSICA

Uma essência interior e latente possui uma identidade entre pensamento e existência, que em seu íntimo possui uma alma, espírito. Esse evento, no entanto, não seria possível que se utilize como mediação o corpo. A consequência dessa condição insurge em um dualismo psicofísico, ou seja, o ser humano enquanto dicotomia entre corpo e alma, um composto amalgamado de substância pensante (*Res Cogitans*) e substância extensa (*Res Extensa*).

[...] concebo facilmente que, se algum corpo existe ao qual meu espírito esteja conjugado e unido de tal maneira que ele possa aplicar-se a considerá-lo quando lhe aprouver, pode acontecer que por este meio ele imagine as coisas corpóreas: de sorte que esta maneira de pensar difere somente da pura

Revista Eros	Ano 1	n. 1	Outubro-Dezembro 2013	p. 58-73
--------------	-------	------	-----------------------	----------

intelecção no fato de que o espírito, concebendo, volta-se de alguma forma para si mesmo e considera algumas das ideias que ele tem em si (DESCARTES, 1979, p. 131).

Na obra o autor aplica essa notória divisão entre o corpo, como objeto de estudo para ciência, e a mente, objeto de estudo para a especulação filosófica. Aspecto semelhante fora remetido em diferentes relações, desde o demiurgo platônico e a criação da alma como estrutura distinta da materialidade do corpo, enquanto destreza da soberania do Deus medievo. Uma discussão que rende séculos de conflito entre adeptos e contrários a essa temática.

Desse discurso algumas considerações foram apresentadas pelo mesmo autor das linhas, para evitar um controverso entendimento. De antemão, um conceito inerente à alma humana é a capacidade de portar três diferentes faculdades e, a primeira delas é a razão que nos fornece os argumentos intuitivos. O autor demonstra esse princípio pela distinção das ideias estranhas e vindas de fora, e outras feitas e inventadas pelo próprio sujeito (DESCARTES, 1979, p.101). Essa faculdade não exige a interferência da experiência para apreender os conceitos, somente através da razão é possível alcançar a ideia e o estatuto de universalidade. No caso da segunda, concentra-se a sensação como fomentadora da sensibilidade e daquilo que o indivíduo apreende de forma empírica pelos sentidos. E por fim a imaginação como uma atividade corporal que discrimina uma forma subsidiária de processamento de informação de outras coisas independentes dela.

A explicação para ideias existentes à mente como a noção de infinito, perfeição e existência de Deus são, para o autor, verdades que dispensam a utilização da experiência para admitir sua certeza. São as ideias inatas ou adventícias, que o horizonte interior fornece-me para entendê-las. No entanto, o homem pode igualmente supor a existência fantástica de unicórnios, centauros e outros seres que não estão presentes na realidade, a explicação está na terceira faculdade que é o que o reconhece como imaginação. Essa última possui a capacidade de criar e fazer associações de diferentes dados através de ideias fictícias.

A NECESSIDADE DA EXISTÊNCIA DIVINA

Revista Eros	Ano 1	n. 1	Outubro-Dezembro 2013	p. 58-73
--------------	-------	------	-----------------------	----------

O que se intercala como necessidade para a existência de Deus constitui um estatuto formal, e segundo essa proposta não poderia passar sem o seu questionamento. Ora, o próprio autor não pode ser avesso a sua reflexão. Ele colocará em dúvida essa proposição a fim de que sua verdade não admita a persistência da dúvida. A questão emergente seria a existência de um gênio enganador que possa me fazer pensar sem de fato eu estar existindo, como se a mente fosse enganadora e simuladora da existência:

[...] não tenho nenhuma razão de acreditar que haja algum Deus que seja enganador, e mesmo que tenha ainda considerado aquelas que provam que há um Deus, a razão de duvidar depende somente desta opinião é bem frágil e, por assim dizer, metafísica. [...]; e, se achar que existe um (Deus), devo também examinar se ele pode ser enganador; pois, sem o conhecimento de duas verdades, não vejo como possa jamais estar certo de coisa alguma. (DESCARTES, 1979, p. 100).

Faz-se necessário pensar a existência de Deus, como sendo a condição fundante para falar sobre todo e qualquer outro aspectos anterior. Assim, quando se fala de liberdade, perfeição e infinitude, é de Deus a condição para essas questões tomem sentido. Ora, pela própria ideia de Deus e do que esse conceito assevera, não existem condições de está-se enganando.

O princípio elaborado dessa forma confere uma condição intrincada e que não permite uma contradição sobre as qualidades expressas sobre Deus. Em todo caso, o princípio causal do pensamento divino constitui irrevogavelmente a sua bondade, a sua perfeição, a criação de todas as coisas e a nulidade do embuste que me faz negar minha existência.

[...] eu concebo um Deus soberano, eterno, infinito, imutável, onisciente, onipotente e criador universal de todas as coisas que estão fora dele; aquela, digo, tem certamente em si mais realidade objetiva do que aquelas pelas quais as substâncias finitas me são representadas. [...] é coisa manifesta pela luz natural que deve haver ao menos tanta realidade na causa eficiente e total quanto no seu efeito (DESCARTES, 1979, p. 103).

Então, como que em uma metodologia semelhante ao modelo do magistério escolástico¹, o autor elabora verdades que conferem a Deus a impossibilidade de gerir no homem a incerteza e a enganação. A primeira prova consiste na ideia de existência de Deus no homem, o que estabelece uma relação de dependência por parte desse segundo

¹ A inserção, por parte do docente, de uma ordem de fatores que sejam comprobatórias para os argumentos anteriores, uma espécie de estratégia para que o discurso seja salvaguardado de dúvidas que possam persistir em após a sua composição. A essa metodologia, data do período da alta escolástica, dá-se o nome de *Disputatio* (Disputa), largamente utilizada por Tomás de Aquino na academia e em seguida na escrita de suas importantes obras.

membro. Segue-se que a existência de Deus não é explicável apenas pela do homem, mas tudo que obedece a criação.

A outra prova explica que o conceito de Deus como um ser perfeito pressupõe inevitavelmente a sua existência, pois para admiti-lo a essa qualidade nada lhe pode carecer, tudo deve lhe pertencer.

[...] por já ter reconhecido em mim mui claramente que a natureza inteligente é distinta da corporal, considerando toda a composição testemunha dependência, e que a dependência é manifestamente um defeito, julguei por aí que não podia ser uma perfeição em Deus o ser composto dessas duas naturezas, e que, por conseguinte, ele não o era (DESCARTES, 1979, p. 48).

A prova direta posposta ao argumento da perfeição divina é que, por essa consideração, inibe-se que de Deus advenha ou intercale-se o mal. Se assim o fosse, isso incorreria em uma imperfeição. Ora, Descartes adverte que a distinção preliminar entre o homem e Deus é que o primeiro para compreender sua essência precisa pressupor sua existência. Deus, no entanto, possui uma identidade entre essência e existência, o que em outras palavras atribui-se a Deus como causa de si (*Causa Sui*). Sendo causa de si próprio, Deus é uma substância criadora do mundo e do homem do qual tudo diverge, por associação diferencia-se de seus elementos constitutivos, sendo Ele imortal e infinito.

Pela ordem dos fatores descrita sobre Deus, fica evidente que se está diante de uma causa eficiente e preliminar, que sua ausência implicaria uma necessidade. Deus é o ser do qual emerge toda a criação, tudo que existe é causa direta de sua existência e, por associação, tudo possui uma dependência direta de sua essência.

TRANSIÇÃO MODERNA DE JUSTIFICAÇÃO DISCURSIVA

O segundo momento das discussões prementes ao período iluminista inteira uma crítica quanto os aspectos religiosos. Por essa consideração não pode ficar exclusiva o fato de que o discurso sobre Deus também será passível de modificações. Trata-se de uma época em que os critérios de justificação são suspensos em virtude da autonomia do homem. Nesse caso, deve-se observar que a autoridade daqueles que emitem o discurso sobre a fé, nessa dada situação, não comportam mais um critério inabalável e nem dissolvem a dúvida proposta.

Revista Eros	Ano I	n. 1	Outubro-Dezembro 2013	p. 58-73
--------------	-------	------	-----------------------	----------

Pode-se induzir que o discurso que tivera seus fundamentos questionados fora o metafísico, pois a valência de seus argumentos especulativos nada diz respeito quando para sua verificação é anteposto o crivo empírico. A religião, enquanto mantida pelo discurso sobrenatural e creditada pela ocorrência de milagres, vê-se diante do questionamento de sua verificação e até mesmo de sua procedência. No entanto, é fato que nessa ocorrência histórica a religião passará por uma averiguação, principalmente relacionada às outras vertentes da época.

Outra controvérsia decorrente dessa laicização do discurso ocorre com a abolição da existência divina como condição de salvaguarda para um discurso. Ora, se já não se confere o estatuto de relevância para as ideias especulativas, desnecessário seria recorrer a Deus que, em suma, possui sua justificação por parte desse discurso. Essa nova fase traz como característica fundante o aspecto natural, presente na experiência e em sua facticidade, o que compromete uma descrença no sobrenatural ainda que se utilize de um discurso totalizante e que intenciona açambarcar a realidade de modo universal.

NOVA INTERPRETAÇÃO SOBRE A EXISTÊNCIA

67

As inferências do argumento de David Hume (1711-1776) sobre a religião são diferentes do que obedecia a tradição anterior, o que para alguns estudiosos do tema pode ser dado como uma superação teórica. Ora, os pensadores remanescentes do iluminismo buscavam argumentos de comprovação para a existência divina, atribuindo a Deus a centralidade para constituição de seus sistemas discursivos. Trata-se de uma herança do discurso escolástico anterior a essa perspectiva.

Em todo caso, são essas prerrogativas do discurso de Hume que estimulam a pesquisas posteriores, como é o caso de exposições como a de Immanuel Kant e de Georg Hegel. Esses abandonaram de seus arcabouços filosóficos as provas da existência divina de um ponto de vista ontológico, apontando-as como confusas e sem fundamento comprobatório. No entanto, quase como que de modo comum desses pensadores, as explicações que sustentam a religião limita-se a fé do crente naquilo que professa.

DISCURSO CIENTÍFICO: CRENÇA FUNDAMENTADA

Revista Eros	Ano 1	n. 1	Outubro-Dezembro 2013	p. 58-73
--------------	-------	------	-----------------------	----------

Para obter um panorama preliminar para compreensão científica de Hume, deve ser posto em seu discurso um fio condutor que relaciona as várias áreas de estudo que a filosofia moderna intenta produzir. Para tanto, essa conjunção varia desde argumentos de cunho filosófico como a epistemologia e a estética até o que fora proposto por um caráter social como a política e a história.

O destaque que concentra seus estudos deve ser dado ao empirismo, tendo por resultado a síntese de suas noções centrais, tornado palavra em suas obras como *Investigação à cerca do Entendimento Humano*. Ora, o autor eleva a graus superiores o empirismo até o ponto de não submeter à aprovação de uma hipótese sem que essa seja experimentada pelos sentidos.

Quando um objeto ou evento natural se revela, não há sagacidade ou penetração que nos permita descobrir, ou mesmo conjeturar, sem o auxílio da experiência, qual evento resultará dele ou de levar-nos a antever além do objeto presente imediatamente à memória e aos sentidos (HUME, 1989. p. 101).

Essa constatação sobrepuja o que ficou conhecido como ceticismo. Critérios que são explicados tendo por subsídio a razão, como por exemplo, aqueles que apresentam por fundamentação o critério de causalidade, estão fadados aos erros, pois não existe uma garantia eficiente para sua ocorrência. Esse tipo de argumento tem por base o hábito, aspecto que induz a universalidade, mas que não fornece dados que comprovem sua repetição eficiente.

Mesmo depois de averiguarmos que num caso ou experimento um evento específico acompanha outro, não julgamos lícito formular uma regra geral ou predizer o que ocorrerá em situações análogas, pois seria temeridade imperdoável julgar de todo o curso da natureza partindo de um único experimento, por mais exato e seguro que fosse. Mas quando determinada espécie de eventos se mostra sempre e em todas as situações conjuntada a outra, não sentimos escrúpulos em predizer um ao surgir o outro, utilizando-nos, pois, do único tipo de raciocínio que pode assegurar sobre as questões de fato e de existência. Denominamos, então, um dos objetos causa e o outro efeito (HUME, 1989. p. 101).

No entanto, uma explicação oportuna para uma constatação não está em sua repetição empírica até que se tenha por conclusão a explicação de um evento que se intenciona torna-lo universal. Tratando-se dessa relação, pode-se observar uma correlação óbvia entre os objetos do experimento. O que o autor contesta é a utilização

Revista Eros	Ano 1	n. 1	Outubro-Dezembro 2013	p. 58-73
--------------	-------	------	-----------------------	----------

como critério de sustentabilidade para a ciência a utilização do hábito, enquanto uma repetição que favorece a aposta pela universalidade.

Nos palavras utilizadas por David Hume, a relação causal é uma decorrência inevitável do hábito. Por analogia, esse mesmo princípio é o que intercepta a homens e animais, pois tanto para o primeiro quanto para o segundo a utilização dessa inferência tem a mesma funcionalidade. Ora, se a ciência busca em sua constituição a pretensão de verdade, para o autor, o caminho não perpassa por essa condição.

DISCURSO METAFÍSICO: CRENÇA ESPECULATIVA

Não obstante uma consideração sucessiva ao que David Hume impele por ciência pode ser apresentada no dado sensível. Ora, se para o autor o princípio de causalidade representa uma anteposição ao resultado do evento empírico, e isso representa uma insegurança para a elaboração de uma ciência, então é de modo consecutivo que os critérios *a priori*, presente na metafísica, em suma, são rejeitados enquanto forma útil para o conhecimento.

Em outras palavras, para David Hume a ciência moderna representa, assim como a religião, uma forma de crença justificada por critérios metafísicos. Em outras palavras, a fundamentação para as explicações científicas e religiosas são insustentáveis, tendo em vista as bases inconsistentes das quais foram constituídas. As teses que distanciam ciência e religião se dizem respeito aos fatores que são utilizados para a propagação de suas crenças. Um exemplo apontado pelo autor seria a probabilidade:

Toda probabilidade, portanto, supõe uma oposição de experiência e de observações, na qual um dos lados sobrepuja o outro e produz um grau de evidência proporcional à superioridade. [...] Em todos os casos, devemos contrabalançar as experiências opostas, se são opostas, e subtrair os números menores dos maiores a fim de conhecer a força exata da evidência superior. (HUME, 1989. p. 118)

Para a ciência, um evento tem maiores chances de atingir o estatuto de universalidade pelas vezes em que seu experimento é realizado e sobre as mesmas condições apresentam resultados semelhantes, o que se dá o nome de hábito. Um fato contrário ocorre com a religião, que apresenta o milagre como um critério para sua seguridade, pois quanto menor a probabilidade de ocorrência, o sobrenatural subjaz

como justificativa divina. Para o autor, tanto o primeiro caso quanto o segundo perfazem uma tentativa de interferência do homem na autoridade própria da natureza, que por si é a responsável pela permissão dos acontecimentos.

Por esses fatores, Hume considera a metafísica uma crença arbitrária, resultado de especulações que em seu conjunto anulam a possibilidade de aplicação da experiência para comprovação de seus argumentos. Como veremos à diante também ela será a responsável pelo aspecto negativo da religião.

DISCURSO RELIGIOSO

Ambas os aspectos traduzidos por David Hume para a religião, a saber, o positivo e o negativo, podem ser encontrados em textos em que essa temática é representada, como é o caso de Diálogos sobre as Religiões Naturais. A obra consiste em seu conjunto na efetuação de uma operação crítica sobre o que fora exposto dentre essas perspectivas. Trata-se como método a demonstração do tema para a elaboração de uma rede teórica, permeada pelo empirismo cético próprio do autor, que submete as crenças especulativas mais centrais de sua época sobre o mesmo crivo racional. O autor ainda leva em consideração aspectos antropológicos, psicológicos e históricos ao realizar essa atividade.

A vertente cética pertencente no discurso de David Hume de forma predominante representa um dos fatores primordiais que apresentam um aspecto negativo para a religião. Isso por que nas linhas do próprio autor busca fundamentar-se no sobrenatural, anulando a constituinte sensível de explicação empírica. Trata-se de uma construção especulativa que aposta naquilo que é dissociado da realidade.

[...] há certamente um tipo de ceticismo brutal e ignorante, que inspira às pessoas ordinárias um preconceito geral contra aquilo que não podem entender com facilidade, e as faz rejeitar todo princípio que exija um raciocínio elaborado para sua prova e estabelecimento. Essa espécie de ceticismo é fatal para o conhecimento, não para a religião (HUME, 1992, p. 19).

Os milagres são o ponto unívoco no que tange a objetivação do homem ao constatar que o curso de sua vida não fornece outra alternativa senão uma reviravolta. Para o autor, o milagre constitui uma crença sem um fundamento, pois a sua origem é conjugada na frustração. Não apenas isso, mas também ficção imaginativa quando não

se respeita o evento que a natureza por si, em seu curso, responsabilizaria de promover.

O autor utiliza-se dos seguintes termos quanto ao equívoco da orientação miraculosa:

as testemunhas se contradizem entre si, quando são poucas e de caráter duvidoso, quando têm algum interesse pessoal naquilo que afirmam, quando enunciam seu testemunho com hesitação ou, pelo contrário, com afirmações mui violentas (HUME, 1989, p. 120).

As leis existentes e ditadas pela natureza obedecem a uma constante inalterável, para o autor os relatos históricos que forjaram milagres e feitos sobrenaturais foram causas originárias para as religiões, quando na verdade retratam em si mesmo o absurdo. Conclui-se que nenhum milagre constitui de uma prova, pois ele próprio enquanto testemunho de um fato sobrenatural não tem provas plausíveis de verificabilidade, portanto igualmente é improvável.

A explicação para o emprego de um critério positivo para a religião está para Hume amalgamado ao próprio homem, em seu aspecto físico, como sendo algo que é característico do próprio indivíduo. Ora, ainda que o autor admita que as crenças praticadas no cotidiano dos indivíduos não sejam fundamentadas pelo ponto de vista racional, elas não podem ser evitadas, pois concorrem aos indivíduos como algo natural. Está no estatuto originário do homem a sua efetivação religiosa, essa característica será a norteadora das pesquisas do autor, que se debruçará na causa psicológica para a existência desse princípio, insurgindo como uma necessidade de cada um. A segunda demonstração posta como pesquisa para o autor é traduzida por uma experiência sensível, através de crenças particulares que são sustentadas de modo individual, como é o caso de uma superstição ou tradição.

A religião verdadeira perpassa pela transcorrência do curso necessário da natureza, sem que seja uma constante contraversão a esse princípio. O autor pondera que o fato de colocar-se nessa condição é fundamental para o indivíduo frente à ordem pertencente ao universo e suas inflexões:

é preciso que se considere que, de acordo com a presente organização do mundo, o curso da Natureza, embora suposto como exatamente regular, não nos aparece, porém, dessa forma. Muitos eventos são incertos, e muitos frustram nossas expectativas. A saúde e a doença, o bom tempo e as tempestades, em conjunto com o infinito outros acidentes cujas causas são desconhecidas e variáveis, exercem grande influência tanto sobre a sorte das pessoas individuais como sobre a prosperidade das associações públicas (HUME, 1992, p. 151).

Para o autor, o conjunto de variáveis interventoras da natureza exerce sua influência de forma pragmática em diferentes instâncias, desde a pessoal até a

comunitária. Pode-se no mesmo aspecto verificar incongruências entre aquilo que satisfaz o indivíduo de modo particular com ao que desagrade a ordem comunitária e vice-versa.

CONCLUSÃO

A proposição sobre a divindade apresenta modificações quanto a sua fundamentação entre pensadores medievais e modernos. Para os primeiros dessa linha pode-se observar que sua existência é inquestionável, tendo a fé como subsídio e a razão como um eficiente meio para a elaboração de argumentos que corroborem com esses princípios. Quando o mesmo argumento é apresentado aos pensadores posteriores, pode-se observar uma facção, alguns desses apresentam a existência divina como suporte para procedência de seus conceitos e outros estimam que esse discurso seja desnecessário, supondo Deus como objeto relativo à fé e não sumariamente fator de sustentação teórica.

Nessa última relação, pode-se observar como prova para o primeiro caso o discurso metódico de René Descartes em que Deus é apresentado como estratégia inibidora para a persistência do erro por parte do gênio maligno. Em outras palavras, para evitar o erro e a permanência na dúvida, a existência divina exerce um papel de salvaguarda que proporciona uma verdade absoluta, a mesma que não admite a irregularidade do equívoco e é resultante de um esforço especulativo. Relação diferente ocorre no ceticismo de David Hume, pois Deus, assim como os outros princípios resultantes de suposições metafísicas, não sugerem comprovações sensíveis pela experiência, sendo infundamentadas e, por sua vez, desnecessárias para a ciência.

A contribuição de pensadores dessa classe demonstra que as determinações sobre Deus passam a ter um papel de relevância unicamente para a fé, do contrário, não poderiam fundamentar um discurso sobre ciência com base em artifícios supostos e inseguros. A religião passa a ser reinterpretada, tendo seu teor centrado no aspecto natural próprio do homem, e não configurando uma contrariedade a ordem predita pela natureza, como é o caso do crente que intenta um milagre.

REFERÊNCIAS

COELHO, Jonas Gonçalves. Hume: ceticismo e demarcação. In: *Revista Ciência e Educação*, v. 6, n. 2, São Paulo: Bauru 2000, p. 141-149.

DESCARTES, René. *Discurso do método*. Introdução: Gille-Gaston Granger; Prefácio e notas: Gérard Lebrun; Tradução: J. Guinsburg; Bento Prado Júnior. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

_____. *Meditações*. Introdução: Gille-Gaston Granger; Prefácio e notas: Gérard Lebrun; Tradução: J. Guinsburg; Bento Prado Júnior. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

HUME, David. *Diálogos sobre a religião natural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. *Investigação acerca do Entendimento Humano*. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1989.

Revista Eros	Ano 1	n. 1	Outubro-Dezembro 2013	p. 58-73
--------------	-------	------	-----------------------	----------